

## Pela Demoratória

21 AGO 1984

Do crédito de emergência para Santa Catarina à suspensão da fidelidade partidária por um ano, são 224 projetos inscritos na ordem do dia — o dia de São Nunca.

Obstrução parlamentar tripulada pelo grupo Só-Diretas do PMDB, em nome da colocação da Emenda Theodoro Mendes na mesma ordem do dia — desliga as tomadas do Poder Legislativo e desencadeia prejuízos de caráter administrativo, a dano de todo o povo brasileiro.

O fim, ainda que nobre, não justifica o meio. Abre-se uma janela para os trabalhos de amanhã, retomando-se a obstrução em seguida. E no caso brasileiro, obstrução é autocastração, pois entrega o poder de decisão a um legislador mais que biónico, um certo Dr. decurso de prazo.

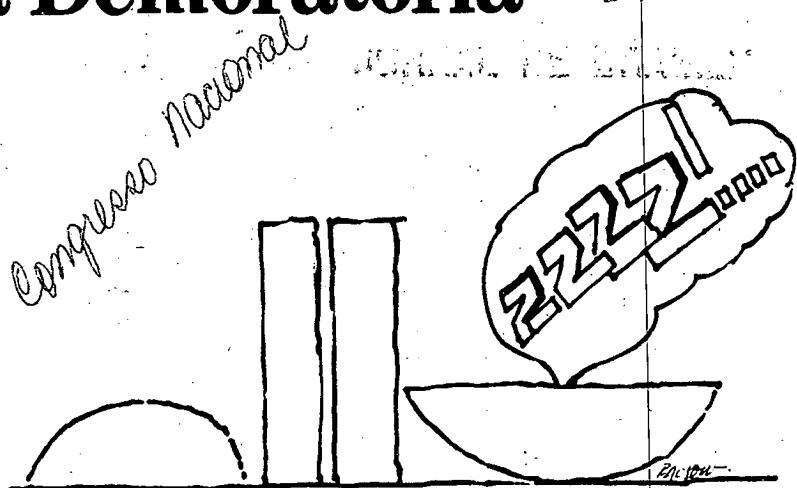
Desde as férias protocolares de julho — o recesso parlamentar é luxo de sociedade sem problemas — o Congresso Nacional não vota em único projeto dos 1.646 que aguardam voto em plenário. Basta um simples pedido de verificação de quorum — e a matéria é desconsiderada por falta de frequência mínima. Um erro, o da obstrução, apoiado no outro, o da omissão. Deputados e senadores não fazem o gênero do trabalho Legislativo, para o qual foram eleitos e pelo qual são pagos. Dão expediente integral na ação política e fazem da vida partidária um fim em si mesmo.

Do alto de 136 dias de férias por ano, preferem reclamar da truculência do Poder Executivo, que trabalha de janeiro a dezembro.

Entre os projetos obstruídos pela abdicação parlamentar figuram assuntos da maior gravidade. O novo código civil, por exemplo. O estatuto da microempresa, tão esperado pela economia brasileira aprisionada no brejo. O diploma que regulamenta a política nacional de informática, questão de soberania nacional para o Brasil dos nossos filhos e netos. E a rejeição do Decreto-Lei 2.100, que limita os salários das empresas estatais, assunto de interesse de 1.3 milhão de profissionais?

Governadores dos Estados produtores de petróleo, liderados por Leonel Brizola, do Rio de Janeiro, torceu pela derrubada do voto presidencial ao projeto que obriga a Petrobrás a pagar "royalties". São bilhões de cruzeiros em jogo. Os médicos-residentes conseguiram um acordo penoso em regime de greve e esse acordo depende de um projeto de lei que permanece obstruído na Câmara Federal...

No total, Câmara e Senado ostentam um congestionamento de 6.184 proposições sem movimento. Exatamente 40 decretos-lei do governo aguardam leitura protocolar em plenário. O de informática, por exemplo, carimbado com pedido de urgência, pode ser lido amanhã, aos trambohões, como se fosse decisão de quinta categoria.



Um pedido não menos de urgência: liberação de Cr\$ 8 bilhões para o Ministério da Educação, cujo orçamento anual em termos reais, equivale a apenas 32% do dispêndio global de 1980. Será que teremos aprovado na correria de amanhã pelo menos o S.O.S. de Santa Catarina?

A obstrução da pauta sobre-carregada, no interior de uma engrenagem Legislativa preguiçosa, não conta pontos para a imagem do congresso em tempo de abertura democrática. Tanto mais, Congresso questionado em praça pública na sua competência de eleger, por delegação, o próximo presidente da República.

O ex-Ministro Hélio Beltrão aplicações táticas, mas não exibe qualquer justificativa ética. Nem mesmo a da tentativa, por obstrução, de impedir a votação da lei complementar que regulamenta o funcionamento do Colégio Eleitoral.

Obstrução sistemática, independentemente da natureza do assunto em tramitação, é abuso de direito.

Ficaria melhor ao pessoal do Só-Diretas, reforçado por adesões do PT e do PDT, se realmente empenhado em ostentar autenticidade cívica, a denúncia pública dos acordos da cúpula partidária, Aliança Democrática agora embalsamando a legitimidade do Colégio Eleitoral. Abdicar do direito tão sagrado de legislar é atitude de sadomasoquismo político — o decurso de prazo não perdoa.

Nem os pequenos empresários do Brasil, de vigília no porto de montanha do estatuto da microempresa. Obstruídos pelo fosso da burocracia e baleados pela metralhadora giratória do fisco, os negócios de arrimo familiar exigem o estatuto já.

O ex-Ministro Hélio Beltrão não deixa por menos: soltar as amarras da microempresa é religar o motor de ignição da economia brasileira.

A obstrução política dos trabalhadores legislativos contribui para esvaziar o debate a nível técnico, protelando decisões a nível

empresarial. No fundo do poço da pior depressão do século, a economia brasileira bem que merece deliberações do gênero "estado de emergência".

Bem ao contrário, ela penetra nas sombras do imobilismo legislativo, marca registrada do "ano eleitoral" ou da "mudança de governo". Nesta altura do calendário fiscal, as empresas deveriam esboçar sua programação de negócios "para o ano que vem". As convenções internas de programação, normalmente convocadas para setembro e outubro, estão sendo empurradas para "depois do Colégio Eleitoral", em 15 de janeiro. Ou para depois do carnaval, em fevereiro.

Isso aconteceu no passado; sem maior complicação ou desgaste.

Desta feita, a coisa é diferente. Primeiro, pela extensão e pela profundidade da crise. Estamos no limiar do quinto ano de retrocesso geral do produto e do emprego, com cobrança máxima de inflação e de dívida. O elástico da resignação social, nas camadas inferiores da sociedade brasileira, está rompido.

Segundo, pela própria evolução do processo político. Os meios empresariais, castrados na decisão mas não na operação da economia, aguardam algo mais que a substituição do governante, também a mudança do governo, pela primeira vez nos últimos 20 anos. Na observação da "Newsweek", o Brasil aproxima-se, via Colégio Eleitoral, de uma "historic choice": A indicação de Tancredo Neves para a transformação do sistema, do modelo, do governo.

Nas indiretas anteriores, a calrose empresarial preocupava-se adivinhar o nome do Ministro e não do Presidente. E esperavam do ministro da economia menos a mudança de rumo e mais a aceleração do ritmo.

Simonsen, com Geisel, era considerado "austero e recessionista". Delfim, com Figueiredo, foi recepcionado como restaurador do modelo do pau-na-máquina, encorajado pelos tropicos do desenvolvimentismo a toque de caixa. De preferência, a caixa alheia.